

EM DEFESA DA LINHA DO PARTIDO

Resolução da 6ª Reunião Plenária do Comité Central do PCP(R)

Documento interno

O Comité Central, dando o balanço da actividade política desde a sua 3ª Reunião Plenária, verifica que o principal resultado político foi a obtenção, em termos concretos, de um certo isolamento em que se encontravam as forças políticas que, apesar de não serem nem de esquerda nem de direita, mantinham uma posição de equilíbrio entre as duas forças principais.

No entanto, a acção política do Partido continua a apresentar grandes deficiências. Mantém-se a falta de iniciativa na acção de massa, a tendência para a expectativa perante a evolução da situação, a dificuldade na mobilização de todas as forças do Partido.

Em particular, o Comité Central verifica que a intervenção política do Partido na última crise do governo foi muito fraca, de que os por-

tos e as suas responsabilidades não foram devidamente esclarecidos, e que a intervenção política do Partido não foi devidamente aproveitada.

A formação do governo de coligação PS-CDS, a formação do governo de coligação PS-CDS, a formação do governo de coligação PS-CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

forças de direita, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS, e com a ajuda das forças de esquerda, sob a égide do imperialismo americano e alemão, contando com a complicitade das camadas de 20% e de 30% do CDS,

O Comité Central, dando o balanço da actividade partidária desde a sua 3ª Reunião Plenária, verifica que o principal resultado positivo foi termos conseguido romper com um certo isolamento em que se encontravam as nossas posições políticas. Isto abre-nos perspectivas de acção bastante mais amplas do que nos últimos meses.

No entanto a acção política do Partido continua a apresentar grandes deficiências. Mantém-se a falta de iniciativa na acção de massas, a tendência para a expectativa perante a evolução da situação, a dificuldade na mobilização de todas as forças do Partido.

Em particular, o Comité Central verifica que a intervenção política do Partido na última crise de governo ficou muito aquém do que era possível e as suas responsabilidades revolucionárias exigem, tendo como consequência um sério recuo para o movimento popular.

A formação do governo de coligação PS-CDS exprime uma acentuada deslocação para a direita na correlação das forças políticas. Apoiado nas manobras de Eanes, do PSD e de outras forças de direita, sob a égide do imperialismo norte-americano e alemão, contando com a cumplicidade das camarilhas de Soares e de Cunhal, o CDS ganhou em poucas semanas aquilo que a muitos parecia impossível: não só a entrada no governo como o controle sobre toda a acção governativa. Depois do 25 de Novembro, este é o mais pesado golpe vibrado nas liberdades e conquistas populares. É um sério passo no caminho da concretização do projecto burguês-imperialista para restabelecer a exploração e opressão sem limites sobre os trabalhadores e o povo português.

As condições em que foi possível este recuo das forças populares devem ser rigorosamente analisadas pelo nosso Partido. É necessário acima de tudo encontrar as causas da deficiente actuação do Partido que o impediram de desempenhar, no decorrer dos acontecimentos, o papel dirigente a que é chamado.

O Comité Central, após realizar um balanço crítico e autocrítico da sua actividade, decide levar a todo o Partido as conclusões desse balanço, de modo a pôr a nú a origem das deficiências, eliminar as posições erradas, consolidar a coesão política e ideológica do Partido em torno do CC e da linha traçada pelo nosso II Congresso e enfrentar com audácia as novas batalhas políticas que se avizinham. É isso que nos exige neste momento a nossa qualidade de vanguarda revolucionária marxista-leninista da classe operária e do povo português.

1. O AGRAVAMENTO DA SITUAÇÃO POLÍTICA E A DEFICIENTE RESPOSTA DO PARTIDO

O Comité Central verifica que o seu comportamento e de todo o Partido no decorrer da crise governativa foi dominado pela expectativa, pela falta de iniciativa, pela insensibilidade política e por inadmissíveis ilusões numa saída favorável da situação sem que o Partido para tal contribuísse.

Desde há muitos meses, os factos mostravam que o imperialismo, o grande capital e os partidos de direita não se acalmavam com as concessões sucessivas do I Governo nem com a política conciliadora do traidor Cunhal. Pelo contrário: à medida que iam recebendo aquilo que exigiam, levantavam a parada e exigiam cada vez mais.

Desde Outubro, quando o FMI colocou novas condições para conceder o "grande empréstimo", ficou claro que o imperialismo retirava a confiança ao governo PS e exigia um governo mais à direita. Os episódios que desde então se sucederam, com as acções de chantagem reaccionária, a recusa da confiança ao governo na Assembleia e as negociações para uma nova plataforma de governo, fazem parte da conspiração urdida pelo imperialismo para levar os partidos mais reaccionários ao poder. Era evidente a importância que assumia para o movimento popular o desenlace da crise governativa.

Entretanto, a actuação política do nosso Partido caracterizava-se por uma inadmissível expectativa. A direcção do Partido começou a atrasar-se em relação à situação política, a manifestar insensibilidade perante o evoluir dos acontecimentos e teve grandes hesitações quando estes se precipitaram. As manobras de Sá Carneiro e Pires Veloso e as manifestações fascistas passaram sem uma reacção pronta e firme do Partido que estava ao nosso alcance. A nossa intervenção nas manifestações da CGTP no Porto e Lisboa, na paralisação do Alentejo e em todas as outras manifestações fez-se sem uma perspectiva clara de luta contra as manobras fascistas, contra a chantagem reaccionária e imperialista.

O CC não compreendeu que se estava a entrar numa nova fase da escalada da direita e do seu assalto ao poder. Na véspera da queda do governo, como resultado da discussão na 5ª Reunião Plenária do CC, do projecto de declaração inicial foram retiradas as denúncias mais incisivas da conspiração reaccionária imperialista para forçar a substituição do governo.

Destas deficiências de direcção política resultou que muitos organismos e militantes ficas-

sem sem uma perspectiva clara do centro da situação política, incapazes de responderem prontamente aos acontecimentos, com a tendência para se desorientarem e afrouxarem a actividade revolucionária. Houve mesmo um ou outro caso em que camaradas vacilaram na acção, devido à perspectiva de um enfrentamento com a repressão ou bandos fascistas. Um certo recuo das forças e o retraimento da actividade de massas do Partido que se têm feito sentir devem ser compreendidos por se ter abrandado o fogo contra a direita e o fascismo e não se ter chamado as massas a resistir e agir.

É necessário que o Partido encontre as causas profundas deste comportamento, que representa um abandono das posições revolucionárias de vanguarda que tem por dever ocupar em todas as circunstâncias.

2. AS PREVISÕES ACERTADAS DO PARTIDO

O Comité Central salienta que estas graves deficiências na acção do Partido não podem ser atribuídas a erros ou insuficiências na sua linha política. Pelo contrário: o decorrer dos últimos acontecimentos confirmou de maneira indiscutível a justeza da linha revolucionária do Partido.

Desde a sua 6ª Reunião Plenária, quando da formação do I Governo, em Julho de 1976, o Comité Central do nosso Partido previu o fracasso para que corria a política reformista e indicou o caminho para a resistência e a contra-ofensiva vitoriosa das forças populares. Na resolução aprovada nessa reunião, o Comité Central alertou que a direita, empurrada pelo imperialismo, não pretendia apenas ganhar algumas posições mas a posse absoluta do governo; previu que o governo soarista, entrando em conciliação com a direita, ia criar todas as condições para ser derrubado; e mostrou que só na via da ampliação e da radicalização do movimento de massas se encontrava a chave para a resolução da perigosa situação criada.

Dois meses depois, a 7ª Reunião Plenária do CC assinalou que se acentuava a pressão da direita sobre o governo e que o CDS e o PPD iam seguir uma política de envolvimento e infiltração para empurrar o governo cada vez mais para a direita até forçar a sua modificação. Perante esta perspectiva o CC reafirmava a sua posição de combate a todas as tendências de expectativa, de paralisação ou de submissão do movimento popular e apontava a via da saída popular para a crise.

As causas profundas da instabilidade política que o nosso país atravessa, da ofensiva da direita

e da capacidade de resposta do movimento popular foram fundamentadas no principal documento político do nosso Partido, a Resolução Política do II Congresso. Tomando como base as lições do processo revolucionário vivido em Portugal em 1974-75, a Resolução Política traçou uma perspectiva orientadora de toda a actividade de todo o Partido e indicou o caminho para abrir uma alternativa popular ao I Governo.

Depois do Congresso, em diversos documentos da direcção do Partido, como o comunicado do Comité Executivo do CC, em 7 de Maio, foi mais uma vez denunciado o encaminhamento da situação para substituir o governo PS por outro mais à direita assim como a manobra de envolvimento que se desenhava por parte do CDS.

Em Agosto, a 3ª Reunião Plenária do Comité Central numa importante resolução concretizou o projecto burguês-imperialista de formação de um governo de coligação à direita: assinalou ainda uma vez mais que os planos da grande burguesia e do imperialismo iam contra os projectos reformistas, que o governo PS nada mais fazia do que facilitar o caminho à direita e que se preparava a instauração de um governo abertamente reaccionário. A resolução chamava com premência todo o Partido a intensificar a acção de massas em defesa das conquistas de Abril, alvo do ataque reaccionário. E fazia o seguinte alerta, que é ocasião de relembrar agora: **"Nos próximos meses, é de prever a intensificação dos ataques reaccionários às conquistas populares. As forças revolucionárias são chamadas a preparar-se para estas batalhas, que serão das mais duras desde o 25 de Abril."**

Assim, o PCP(R) pode orgulhar-se de ter sido a única força política que fez uma apreciação lúcida, coerente e mobilizadora da situação, do ponto de vista dos interesses da classe operária e do povo. Apesar da sua juventude, o Partido não se iludiu com aparências, nem ficou pela superfície das questões. A superioridade da nossa linha marxista-leninista afirmou-se de todo incontestável.

Na realidade, se a actuação do Partido durante os últimos acontecimentos não esteve à altura das suas responsabilidades, isso deveu-se à falta de firmeza na luta para fazer aplicar a linha do Partido, à persistência de incompreensões, e resistências que não foram vencidas quanto à linha do II Congresso e que se manifestam em todo o Partido, inclusivamente no Comité Central.

Uma vez que essas incompreensões e resistências se escudam num certo número de falsos argumentos, é necessário analisá-los e rebatê-los um por um, para que todo o Partido compreen-

da a posição errada que lhes serve de base e a elimine sem hesitações.

3. O PERIGO DA DIREITA E A NECESSÁRIA DEFESA DAS LIBERDADES E DAS CONQUISTAS POPULARES

O primeiro argumento falso que se tem oposto à aplicação da linha do Partido é o de que não existe actualmente no nosso país o perigo da instauração de um governo abertamente reaccionário, o de que tanto os factores internos como externos encaminham o país para a estabilização da democracia burguesa, o de que, portanto, não se justifica mobilizar todas as energias do Partido para a defesa das liberdades e conquistas populares.

Nas últimas reuniões do CC, as intervenções de alguns camaradas subestimavam o avanço da direita, os perigos para a democracia e para os direitos dos trabalhadores, a necessidade de o Partido concentrar um fogo cerrado na conspiração imperialista e reaccionária e conduzir as massas à acção enérgica e imediata.

Para alguns camaradas, a impossibilidade de um governo mais à direita estava assegurada pela reacção que provocaria no movimento popular. Para esses camaradas, a causa determinante da queda do governo PS devia ser encontrada na acção popular contra a sua política e não nas manobras e pressões da direita e do imperialismo. Surgiu assim a tendência para um perigoso adormecimento, sob a alegação de que a força do movimento popular só por si bloqueava qualquer viragem à direita. O optimismo injustificado destas ideias, não tendo em conta os recuos que o movimento popular tem sido obrigado a consentir sob a ofensiva do I Governo, levava a manter o Partido na expectativa, como se o movimento popular, entregue a si próprio, desgastado pelos ataques reaccionários do governo e pelo trabalho de sapa dos cunhalistas, pudesse por si só, de forma espontânea, derrotar a ofensiva da direita, sem a acção dirigente esforçada do nosso Partido.

Atitude semelhante de passividade se acobertou sob o argumento de que Portugal estaria a entrar num processo de estabilização relativa da democracia burguesa, de que o interesse do imperialismo norte-americano sob a direcção de Carter é evitar os confrontos políticos agudos e os regimes ditatoriais na Europa Ocidental, apoiar-se fundamentalmente em governos reformistas; de que, por consequência, a política de Eanes visa um equilíbrio centrista e tira as possibilidades de avanço à direita.

Estas opiniões estão em contradição flagrante com a linha do Partido, passam por cima das

análises do II Congresso e são desmentidas pelos factos. Os camaradas que as defendem não se aperceberam ainda daquilo que o Partido indicou, ou seja, de que a crise em que se debate a burguesia portuguesa depois da perda das colónias e depois das conquistas populares de Abril não é uma crise de conjuntura, que possa ser ultrapassada por simples medidas financeiras, com empréstimos, etc.. É uma crise profunda de todas as estruturas económicas, políticas e sociais, que ainda não permitiu à burguesia recuperar as condições de dominação e acumulação capitalista que ela exige. É uma crise que se desenvolve no seio de uma profunda crise mundial do sistema capitalista, o que leva a agravar a pilhagem do imperialismo sobre o nosso país, a contrariar a reconstituição económica do capitalismo nacional, a favorecer a instalação no poder das forças mais reaccionárias e lacaias do imperialismo. Todos os factores objectivos apontam para um agravamento e não para a superação da crise. A estabilização da democracia com respeito pelas conquistas dos trabalhadores não passa de um sonho reformista.

O II Congresso fundamentou as causas da instabilidade política e da ofensiva da direita em curso. Os camaradas que substituíram a análise marxista-leninista do II Congresso pelas suas próprias análises pessoais influenciadas pela propaganda burguesa, caíram em graves erros políticos, como os factos estão a demonstrar.

Agora ninguém pode já duvidar de que o sentido da política da direita é para a liquidação do 25 de Abril. As forças reaccionárias avançam por etapas porque a isso as obriga a correlação de forças, o estado de fraqueza e desorganização a que tinham chegado devido ao avanço impetuoso e às conquistas do movimento popular. Mas não se contentam com etapas intermédias. O seu alvo é a instauração de um governo abertamente reaccionário, de características fascizantes, a liquidação das liberdades e conquistas populares, porque a experiência lhes mostra que através da democracia burguesa, são incapazes de retirar às massas trabalhadoras aquilo que elas conquistaram. Depois da vitória que conseguiram com a entrada do CDS para o governo, a sua pressão tenderá a redobrar, no sentido de acelerar a destruição do 25 de Abril. Não será de estranhar que em breve o PSD exija também a sua entrada para o governo e que se intensifique a política reaccionária com a aplicação do plano de "austeridade".

É nesta perspectiva que o Partido tem que actuar e se mobilizar para a luta e não, na perspectiva de um criminoso adormecimento, como querem aqueles camaradas que negam o avanço da ameaça da direita.

4. CENTRAR O ATAQUE NAS FORÇAS DE DIREITA

O segundo argumento falso que se tem oposto à aplicação da linha do Partido é o de que o nosso Partido não tem campo de acção política de massas enquanto não for liquidada a influência venenosa dos revisionistas cunhalistas, o de que, portanto, o fogo da acção partidária deve ser concentrado, não na luta contra as forças da direita e a sua política reacçãoária, mas nos cunhalistas e também nos soaristas.

Existem em todos os escalões do Partido bastantes camaradas que ainda encaram a acção de desmascaramento e isolamento dos traidores revisionistas como *separada e anterior* à condução das lutas das massas pelos seus interesses e aspirações, contra a exploração patronal e a política de direita. Esta incompreensão tem dado lugar a oscilações que continuam a verificar-se na imprensa, nas tomadas de posição públicas do Partido e sobretudo na intervenção directa das células e militantes junto às massas.

Substituindo a condução das lutas de massas pela propaganda anti-revisionista, em vez de fundirem uma e outra coisa na mesma acção, esses camaradas mostram não ter compreendido a linha do II Congresso, condenam-se à paralisia política e estiolam longe das massas, acabando por favorecer aquilo que dizem combater: a intervenção desagregadora dos cunhalistas sobre as massas.

A Resolução Política do II Congresso deu como tarefa de honra a todo o nosso Partido "tomar nas suas mãos as bandeiras que a burguesia e os seus partidos espezinharam e levar adiante a luta pela liberdade, pelo pão, pela terra, pela independência nacional, por um governo do 25 de Abril do povo". A resolução salienta que "o principal meio para fortalecer e alargar a união dos trabalhadores e do povo é sempre e em todas as circunstâncias a organização de acções concretas em defesa dos seus interesses, unindo nelas homens e mulheres de variadas tendências políticas". Diz mais: "a experiência tem mostrado, particularmente neste último ano, que a única forma eficaz de destroçar as posições do grupo dirigente cunhalista é aproximarmos das massas que ainda influencia e chamá-las à acção comum pelos seus interesses. Para isto não basta denúncia verbal do revisionismo, é necessário iniciativa política, alternativas tácticas revolucionárias, acção política de massas".

Assim, a linha traçada pelo II Congresso aponta para uma liquidação activa da influência revisionista nas massas, na acção, acabando com a velha herança grupista das denúncias meramente verbais e passivas do revisionismo. A ex-

periência recente do nosso Partido tem vindo a comprovar que esta linha é justa. Sempre que o Partido falha o alvo dos seus ataques vê reduzir-se a sua influência política. É apenas em função de uma grande campanha contra o avanço da direita, conduzida audaciosamente pelo nosso Partido, que o nosso combate à cúpula cunhalista, assim como à cúpula soarista terá sentido para as grandes massas, as ajudará a abrir os olhos e a mobilizar-se revolucionariamente sob a direcção do nosso Partido. E é necessário dizer que as condições para isso são cada vez mais favoráveis.

Os acontecimentos provam que é inteiramente justo dizer que a política reformista e revisionista faz a cama à reacção e ao fascismo. A camarilha soarista tem vindo a fazer uma política criminosa de laia do imperialismo, ajudando os partidos da direita a tomar posse do governo e do aparelho de Estado. Passou sem vergonha das balofas proclamações antifascistas de Dezembro na Assembleia para um sórdido negócio de partilha de pastas com o CDS em Janeiro. Afunda-se em sucessivos escândalos e casos de corrupção que a direita utiliza para a sua propaganda. Desagrega o PS, lançando na desorientação e no desespero largas massas intermédias, uma parte das quais pode tornar-se presa fácil da demagogia fascista.

A camarilha cunhalista tem um papel não menos servil nesta empresa de traição dos interesses populares, com a agravante de que o efeito da sua traição atinge mais fundo o movimento operário e popular. Como é sua velha prática, aproveita o reacçãoarismo dos partidos da direita e a corrupção dos soaristas para tentar cobrir-se com cores de oposicionista e canalizar o descontentamento popular em seu proveito. Mas os factos mostram que a política de Cunhal se ajusta como uma peça no conjunto do plano burguês-imperialista. Longe de mobilizar a classe operária e as massas para a luta contra a direita, os cunhalistas esforçaram-se por travar as massas e amarrá-las à expectativa nas negociações e acordos parlamentares, semearam repetidas esperanças ilusórias numa viragem de Soares à esquerda, combinaram as palavras duras com as paralisações simbólicas, os recuos, as proibições de que as massas fossem à luta. Durante a crise governamental, com as suas declarações mentirosas sobre uma plataforma que estaria em negociação, procuraram narcotizar as massas e impedir a acção nas ruas, cumprindo assim as recomendações de Eanes. Durante semanas, mentalizaram os trabalhadores para aceitar a entrada do CDS na "plataforma" e agora, como ficaram à porta, protestam que a coligação do PS com o CDS é "inacreditável".

Um sinal do novo salto para a direita dos

cunhalistas está na sua frenética campanha contra o "esquerdismo", de intensidade nunca vista. O objectivo desta campanha está bastante claro: procuram, como incorrigíveis rafeiros revisionistas que são, provar a Eanes, ao CDS, aos americanos e alemães, que são respeitáveis políticos burgueses e que merecem conservar os seus lugares de vigilantes do movimento sindical e controladores da Reforma Agrária, para a sua liquidação gradual; caluniando o PCP(R) e a UDP de conluio com a direita, fazem como o ladrão que grita "agarra que é ladrão", tentam encobrir aos olhos das massas a sua passagem do papel de "oposição leal" ao I Governo, para o papel ainda mais desprezível de "oposição leal" ao II Governo; procuram por último intimidar a corrente que engrossa na base do partido revisionista e no movimento sindical, a exigir uma acção resoluta de massas contra o avanço da direita, por uma jornada nacional de luta, pelo fim da política de capitulação, pela unidade popular.

Estes factos indicam a todo o Partido a justeza da linha orientadora do II Congresso para isolar e desagregar a traição cunhalista: ampliar a acção política de massas, dar provas de maior audácia na unidade pela base e na acção e, ao mesmo tempo, redobrar de vigilância contra quaisquer tendências para subestimar o carácter contra-revolucionário da camarilha dirigente de Cunhal, contra quaisquer propostas conciliadoras no sentido da aproximação com os chefes do partido revisionista.

O nosso Partido perderia a sua razão de ser e entraria em degeneração se deixasse esbater a fronteira que opõe irredutivelmente a nossa linha revolucionária marxista-leninista à linha revisionista de traição dos cunhalistas. Ao mesmo tempo, é necessário vencer no Partido as incompreensões sobre a indicação do II Congresso de que é indispensável em todas as ocasiões distinguir os chefes revisionistas das massas por eles enganadas e mesmo dos aderentes equivocados.

5. O PARTIDO TEM UM PAPEL A DESEMPENHAR NA CRIAÇÃO DE CONDIÇÕES PARA UM NOVO AUGE DE MASSAS

O terceiro argumento falso que se tem oposto à aplicação da linha do Partido é o de que os recuos do movimento popular retiram campo de acção para a linha do Partido, o de que é "irrealista" a linha do Partido para uma viragem à esquerda e para a conquista do 25 de Abril do povo.

Os camaradas que assim argumentam deixam-se impressionar pelos sucessivos recuos a que o movimento popular tem sido forçado.

Assinalam que nem na Reforma Agrária nem nas intervenções se conseguiu até agora nenhuma vitória, e que a resistência à repressão selectiva e aos despedimentos tem sido fraca. Lembram que nas grandes empresas continua a não se verificar resposta decidida às medidas de recuperação capitalista. E se a resistência e o espírito combativo se mantém na zona da Reforma Agrária, no Norte, pelo contrário, a arbitrariedade patronal tem avançado quase sem obstáculo, espalhando a desmoralização.

Isto é verdade. Mas o que esses camaradas não têm em conta é que, se o movimento popular tem sido forçado nos dois últimos anos a abandonar posições avançadas que não estava em condições de manter, se perdeu as características ofensivas abertamente revolucionárias de 1974-75, no entanto não foi destruído nem esmagado pela repressão, não se desorganizou nem se dividiu. As suas fraquezas são fundamentalmente devidas à desmoralização causada pela acção traidora dos cunhalistas e dos caciques sindicais reformistas, que impedem sistematicamente que as massas vão à luta e as forçam a recuar continuamente sem combate.

A ideia fundamental que nesta questão deve ser agarrada por todo o Partido é a que nos aponta o II Congresso: na luta entre as duas vias, a via da recuperação capitalista e da destruição das liberdades e a via do 25 de Abril do povo, a última palavra ainda não foi dita, nada está definitivamente decidido ainda. O movimento popular, depois das vitórias históricas obtidas, não aceita o regresso ao passado, nem recuou ainda para além do ponto em que tenha de se render à direita. As condições objectivas apontam para a persistência da instabilidade por um largo período e para o aprofundamento da crise. Vão surgir novos focos de conflitos. Há condições para o desenvolvimento do movimento de massas. Tudo está em que se assegure a acção de uma vanguarda combativa e ligada às massas, que inverta a tendência de recuo e crie as condições para um novo auge. Tudo depende da intervenção do nosso Partido. E é aí que se manifestam as vacilações e posições erradas de diversos camaradas.

Nos últimos meses, começou a surgir em alguns camaradas, inclusive do Comité Central, o que é bastante grave, a tendência para falar do estado do movimento de massas como se não fosse dever do Partido acima de tudo, transformá-lo. Em vez de abordarem de frente as tarefas que nos cabem para disputar a direcção do movimento aos revisionistas, conduzir as acções de massas e combater o desgaste no movimento de massas, esses camaradas perdem-se em especulações, como qualquer vulgar observador e

não como um comunista, responsável pela direcção das massas.

O pior dos males que pode atacar o Partido, e especialmente na situação actual, é a passividade, é conformar-se com o avanço da direita, é recuar perante as dificuldades que nos coloca a acção de massas. É uma tendência de capitulação que afastaria o Partido do seu posto de vanguarda. Como é evidente, os camaradas que encaram a situação debaixo de tal ponto de vista, não são capazes de compreender a via do 25 de Abril do povo. Manifestam criticismo e insatisfação quanto a essa perspectiva, acham-na "inviável", "pouco clara", "não mobilizadora", justamente porque vêem tudo menos as forças populares revolucionárias que a porção em movimento e a profundidade da crise e das contradições que enfraquecem a burguesia.

A actual deslocação para a direita da burguesia, dos seus partidos e dos seus lacaios, prepara as condições para uma deslocação à esquerda no campo popular, para uma acumulação de energias combativas nas vastas massas e nos sectores antifascistas e patrióticos do nosso povo. Essa deslocação à esquerda não se traduz ainda por um amplo desencadeamento de poderosas acções políticas de massas, apenas porque a intervenção do nosso Partido nesse sentido foi até agora muito insuficiente.

As condições para o desmascaramento das camarilhas de Soares e de Cunhal vão ser cada vez mais favoráveis. Muitos que ainda estavam iludidos com Eanes e com a sua imagem de "isenção" abrem os olhos para o seu papel sinistro no 25 de Novembro e vêem que o fundo da sua política é a abertura hábil e gradual à direita. As estruturas do PS atravessam uma autêntica crise de desagregação devido à passagem de Soares e da sua quadrilha para o campo do CDS; são inúmeras as vozes de socialistas honrados que se erguem contra a traição e se preparam para romper com o falso PS soarista. A aparência de força que os chefes revisionistas querem dar para fazer vacilar os hesitantes não pode esconder as profundas contradições que se avolumam nas bases do seu partido e no movimento sindical e que começam já a brotar à superfície. Cresce um profundo descontentamento com a política traidora de Cunhal e multiplicam-se as exigências para uma política nova, realmente anti-fascista. Cunhal e os seus sequazes correm a um lado e a outro, fazem palestras, dão explicações, inventam calúnias, mas a evidência da sua traição acabará por estalar todos os disfarces.

Assim, enquanto alguns camaradas nossos acham que a linha do Partido é "irrealista" e "não tem espaço político", a camarilha de Cunhal mostra ter uma opinião diferente e lança-se

numa campanha histórica para tentar denegrir o PCP(R) e a UDP junto de largas massas que se estão a voltar para a esquerda. Não há dúvida de que os traidores cunhalistas estão a compreender melhor do que esses nossos camaradas a tendência de radicalização política do movimento popular e o poder de atracção das nossas alternativas.

O Comité Central afirma: os camaradas que negam capacidade mobilizadora à linha do Partido procuram encobrir a doença que os afecta: o sectarismo, o espírito de grupo, o medo às massas, a recusa a cumprirem o seu dever de comunistas, que é viver entre as massas e encaixar as suas lutas diárias.

Este sectarismo, que ainda hoje corrói todo o Partido de alto a baixo, mostra os seus frutos venenosos na estagnação ou mesmo no recuo da nossa influência sindical, na incapacidade de penetração nas massas camponesas, na falta de passos concretos para erguer com mais audácia a unidade popular, no estreitamento preocupante que revela a influência da UJCR sobre a juventude, no marasmo da UMAR, além da situação anormal da UDP, referida adiante.

É tempo de todo o Partido tomar consciência clara de que o sectarismo perante as massas, os círculos fechados alimentando-se de palavreado esquerdizante, o desinteresse por aquilo que interessa às massas, a mentalidade de grupo radical agitativo, estão a inutilizar diariamente a capacidade mobilizadora da nossa justa linha política. O sectarismo não é um pequeno vício mas uma atitude política contrária à linha do Partido, e como tal deve ser condenado e combatido.

6. O TRABALHO DE MASSAS, A UDP E A AFIRMAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO

O quarto argumento falso que se tem oposto à aplicação da linha do Partido é o de que a actividade de frente, e em particular a da UDP, impediria a afirmação política do Partido e tenderia a substituir-se ao Partido.

A 3ª Reunião Plenária do CC, reconhecendo o grande prejuízo causado pela desagregação do MUP e pelo afrouxamento da acção da UDP durante um largo período, tomou a decisão de dar todo o apoio à reanimação da UDP em novos moldes, para reagrupar a corrente popular revolucionária que é a sua base de apoio e contribuir para a aproximação de diversas outras correntes antifascistas.

No entanto, esta resolução do CC, aprovada por unanimidade, começou imediatamente a ser contestada e foi de facto paralisada pela resistência que alguns camaradas lhe opuseram. Esses camaradas começaram a dizer que a resolução

era "ambígua" sobre a forma de levantar a UDP, pretenderam que a UDP não devia transformar-se numa ampla organização política de massas, com estruturas de base, nas empresas, que apenas devia montar algumas estruturas intermédias para fazer tomadas de posição públicas. Queriam que a UDP se limitasse a ser uma fachada legal do Partido e que se caminhasse para a gradual absorção da UDP pelo Partido.

A vacilação e a resistência na aplicação da resolução levou a que o III Congresso da organização fosse precipitadamente convocado e realizado, quase em simultaneidade com o Congresso da UJCR e o Encontro Nacional da UMAR. Em vez de o nosso Partido, e particularmente o CC, dar um apoio total e fraterno à realização destes Congressos, que eram sentidos como uma necessidade pelos aderentes das três organizações, houve uma intervenção atropelada, de má vontade, que retirou aos Congressos muito do alcance que deveriam ter para a afirmação e ampliação destas frentes de massas. Após o Congresso, a actividade da UDP continuou em marasmo e nenhuma medida prática de apoio foram aplicadas para efectivar a resolução da 3ª Reunião Plenária.

É necessário sublinhar que, embora uma opinião abertamente contrária à aplicação da linha do Partido quanto à UDP fosse defendida apenas por um reduzido número de camaradas do CC, a indecisão e conciliação da maioria dos camaradas, e nomeadamente do Comité Executivo, permitiram que ela se impusesse, violando assim frontalmente o centralismo democrático.

Esta inconsequência está na continuação de incompreensões e resistências que têm acompanhado a actividade do Partido desde o congresso reconstitutivo. Tem sido repetidamente afirmada a necessidade premente de apoiar e ampliar a UDP, de a ajudar a corrigir o estreitamento sectário com que os antigos grupos a marcaram e torná-la, com o esforço abnegado dos comunistas, uma ampla organização de massas, antifascista, patriótica e revolucionária. Contudo essa orientação do Partido tem chocado sistematicamente com a incompreensão e com a resistência passiva ou activa de um certo número de camaradas em todo o Partido, inclusivé no CC, e com a vacilação de muitos outros. Assim se têm perdido diversas oportunidades para implantar profundamente a UDP nas massas e elevar o seu peso político.

Estas incompreensões e resistências estão na continuidade das resistências que sempre prejudicaram a aplicação da política de frente popular do Partido e que já levaram ao fracasso do projecto do MUP. Em palavras, fala-se de unidade popular, de frente de massas, de luta unitária.

Na realidade, o sectarismo continua a atrofiar a amplitude da acção política do Partido.

A inconsequência da actividade do Partido para levantar a unidade popular continua a manifestar-se na quase nula atenção dispensada pelo Comité Central à discussão dos problemas do movimento sindical e da táctica sindical do Partido, e ao desenvolvimento do movimento camponês. Esta subestimação contraria a linha do II Congresso e a manter-se pode comprometer todos os esforços do Partido. O Comité Central decide dedicar a estes problemas as suas próximas reuniões.

Todos os camaradas devem compreender que o rápido aumento da influência das posições revolucionárias no movimento de massas é uma questão vital da hora presente; que para isso o Partido precisa pôr em acção todos os tipos de organizações de massas onde detém influência, desde as organizações sindicais e todos os tipos de comissões, até à UDP; que só colocado no centro de uma corrente revolucionária realmente de massas o Partido poderá alargar-se rapidamente na classe operária e aumentar assim a sua capacidade de força revolucionária dirigente.

Querer procurar formas de acção e organização perfeitas, "puras", e desprezar os instrumentos de massas de que dispomos neste momento, é na realidade adiar este fortalecimento necessário da influência das posições revolucionárias no movimento de massas, é causar um grande prejuízo à luta popular.

Alguns camaradas argumentam que a UDP impede a afirmação pública do nosso Partido e inclusivamente favorece tendências oportunistas para esconder o Partido. Mas a UDP não pode ser culpada pelos erros do próprio Partido. As tendências para esconder o Partido são erradas e devem ser combatidas. Através da difusão das suas resoluções políticas e da imprensa partidária, dos seus comícios e sessões de esclarecimento, dos seus comunicados e manifestos, o nosso Partido leva ao conhecimento das vastas massas a sua actividade e as suas posições políticas. Mas o Partido mantém-se na clandestinidade e os seus militantes não estão autorizados a declarar publicamente a sua qualidade de membros do Partido. O papel dirigente do Partido realiza-se, não pelo apregoar das suas posições mas pela acção de vanguarda dos comunistas junto das massas, no dia a dia das suas lutas. E, para esse papel dirigente do Partido na acção, a UDP não constitui um obstáculo mas, pelo contrário, é um campo privilegiado de acção e de ligação às massas. É isso que não compreendem os camaradas que querem liquidar a UDP para "afirmar" o Partido. Não é de estranhar que a incompreensão de fundo desses camaradas sobre o que é o papel dirigente do Partido leve alguns deles ao

absurdo de propor mesmo a legalização do Partido! Não é necessário demonstrar que, nas condições actuais do nosso país, legalizar o Partido, abrir as suas estruturas, seria preparar as condições para a repressão burguesa o golpear e decapitar quando julgasse chegado o momento. Assim, a aparente intransigência desses camaradas que querem o Partido na primeira fila acaba por revelar-se como uma atitude liquidadora, como a entrega de bandeja do Partido nas mãos do inimigo de classe. O Partido não seguirá essas opiniões insensatas!

O CC considera da maior importância que todo o Partido retire deste debate em torno da UDP as lições profundas que contem. Não é casual que, no preciso momento em que se alarga um espaço político de massas em busca de um caminho de esquerda, receptivas às nossas palavras de ordem, seja nesse preciso momento que se torna mais activa e encarniçada a resistência de um certo número de camaradas ao apoio à UDP. Esses camaradas opõem-se a que o Partido conquiste para as suas posições revolucionárias amplas massas de centenas de milhar de trabalhadores e antifascistas; desejariam que o Partido ficasse imóvel, isolado, fazendo as suas proclamações, que se encerrasse nos seus próprios limites, desistisse da acção de frente única e entregasse essas massas em busca do caminho revolucionário às traições dos revisionistas ou à inconsequência dos partidos reformistas. Esta é uma posição semelhante à que se manifestou a diversos níveis do Partido quando nos lançámos na candidatura de unidade popular de Otelo. Então também surgiram camaradas, assustados perante a torrente impetuosa de massas que se deslocava para a candidatura, e que tentavam encobrir o seu receio à batalha afirmando que "a candidatura não pode ganhar as eleições; e se ganhasse, o que íamos fazer?". Assim, as palavras altissonantes de exaltação ao Partido encobrem uma luta surda para que o Partido não ocupe o seu lugar dirigente à frente das massas de milhões, a caminho da revolução.

A actual tendência de deslocação de largas massas à esquerda está na origem do surgimento do novo partido da União de Esquerda para a Democracia Socialista, tentando agrupar largos sectores intermédios das massas trabalhadoras. É ela também que origina as diligências em curso para a formação de um novo agrupamento radical em torno do PRP, a fim de atrair para falsos caminhos trabalhadores com espírito revolucionário que se voltam contra o traidor Cunhal. Mas nenhum destes partidos representa um real agrupamento de forças à esquerda. Os promotores da UEDS, oscilando entre a social-democracia e o utopismo da autogestão, não têm unidade política nem resposta coerente

para a situação nacional. O nosso Partido deve estar especialmente vigilante quanto à tentativa dos dirigentes do PRP, ligados à agência revisionista cubana, ao serviço do social-imperialismo, de tentar renovar a sua perigosa política pseudo-radical contra a unidade popular.

Este espaço político que se abre à esquerda não pode ser abandonado a forças inconsequentes. É ao nosso Partido que cabe a tarefa de dar corpo à deslocação de grandes massas à esquerda. Apoiados na UDP, devemos dar novos passos para repor de pé o projecto de unidade popular, chamar à unidade na base e na acção os trabalhadores independentemente da sua filiação partidária e lutar pela aproximação das forças autenticamente antifascistas. Os 4 pontos de luta são um programa para a acção unitária, um guia para a intervenção das células do Partido junto às massas. Os 4 pontos de luta, assim como a proposta de uma jornada de luta nacional, não podem ser reduzidos a temas de propaganda.

Os camaradas que julgam o nosso Partido condenado a vegetar num estreito espaço político, entalado entre o "gigante" revisionista e os partidos da pequena burguesia radical, têm uma concepção errada e direitista da missão do nosso Partido, não compreendem que a política de frente popular é uma parte integrante e essencial da linha revolucionária do Partido. O PCP(R) existe para ganhar para a sua direcção a classe operária, o campesinato e os seus restantes aliados, existe para arrancar essas massas de milhões à órbita do revisionismo, do reformismo e do radicalismo, correntes burguesas que é necessário aniquilar. O Comité Central chama todo o Partido a não tolerar qualquer compromisso nesta questão, a passar à prática a revitalização da UDP, a sua transformação de acordo com as decisões do seu III Congresso, e uma firme política de frente ampla que eleve o PCP(R) ao lugar político dirigente que de direito lhe pertence.

7. COMBATER AS IDEIAS ESTRANHAS À LINHA DO PARTIDO

O Comité Central, relacionando as diversas opiniões erradas atrás criticadas, verifica que, nos últimos meses, começaram a introduzir-se nas reuniões do CC e a espalhar-se na actividade partidária uma série de ideias estranhas à linha do Partido.

Alguns camaradas, a pretexto de superar o praticismo e de captar a complexidade da situação política, começam a afastar-se da linha do Partido e do duro trabalho político entre as massas. Em seu lugar, lançam-se em "aprofundamentos" que consistem em perder-se em debates abstractos e pretensões teoricistas, virar as aten-

ções para as intrigas da política burguesa, abandonar a iniciativa, perder de vista o estado de espírito das massas, a sua mobilização para a luta, a responsabilidade dirigente do Partido.

Estas posições, que aparecem normalmente adocadas sob a forma de hipóteses, dúvidas e interrogações, representam de facto a resistência e a oposição à linha revolucionária do Partido traçada no II Congresso, a tendência para a substituir por posições e pontos de vista estranhos ao Partido e ao proletariado.

O Comité Central reafirma a absoluta necessidade e obrigatoriedade do estudo e assimilação da Resolução do II Congresso e da aplicação de forma viva e criadora da tática nela definida.

O debate realizado pelo CC torna claro que as posições erradas defendidas por alguns camaradas em diversas questões têm a mesma raiz comum. Essa raiz comum é a tendência para fugir aos embates da luta de classes à medida que esta se agudiza, é a pressão para retirar o Partido das primeiras linhas da luta e o remeter a um papel passivo. Na origem dessas posições está a instabilidade, o pânico, e a cobardia dos sectores pequeno-burgueses, sempre prontos a passar do optimismo inconsciente quando a situação é fácil, ao derrotismo, ao abatimento, ao temor e à debandada perante as dificuldades.

As primeiras arruaças fascistas, as ameaças de Eanes e Soares, o rastejar ignóbil de Cunhal exercem o seu efeito sobre os elementos de nervos fracos, sobre aqueles que gostariam de uma tranquila política democrático-burguesa. A pressão ideológica e política da burguesia e do revisionismo faz-se sentir até mesmo nas fileiras do nosso Partido. Isso não é de estranhar. Mas é preciso afirmar que tais tendências não serão consentidas no Partido, porque se tornariam uma base de apoio para o oportunismo de direita e para a capitulação vergonhosa perante o inimigo de classe. E isso jamais acontecerá no nosso PCP(R).

O Comité Central salienta também que o Partido não se deve iludir pelo facto de só um número muito reduzido de camaradas defender claramente as posições erradas. A indecisão, a conciliação e a oscilação que têm manifestado muitos outros camaradas, entre eles camaradas do CC, revelam que o Partido não está solidamente armado e que a assimilação da linha do II Congresso tem que ser aprofundada, o movimento de revolucionarização e proletarização do Partido tem que ser levado a novas vitórias.

Como o II Congresso indicou, o movimento lançado há cerca de dois anos com o impulso dos quadros proletários, contra as manifestações do grupismo e caciquismo que pretendiam tolher o crescimento do Partido, não pode ser considerado concluído. Esse movimento tem

agora a continuação na luta contra as tendências sectárias, oportunistas e capituladoras que surgem actualmente no Partido. A luta é a mesma: é a luta pela edificação da vanguarda revolucionária marxista-leninista do proletariado português, para a revolução e o socialismo. É a luta para fazer triunfar a organização revolucionária autónoma do proletariado, o Partido Comunista, sobre as resistências pequeno-burguesas.

8. IMPRIMIR NOVO VIGOR COMUNISTA AO ESTILO DE TRABALHO DE DIRECÇÃO

Dando o balanço colectivo e individual ao seu trabalho como órgão dirigente e em resultado da consulta feita aos Comités Regionais e Comissões Auxiliares, o Comité Central verifica que há falhas e deficiências a serem vencidas com a máxima urgência.

Não se trata apenas das insuficiências resultantes da falta de experiência e amadurecimento ideológico e político — que, até certo ponto, são inevitáveis e irão sendo vencidas com um empenhamento cada vez maior dos quadros dirigentes nas suas responsabilidades.

Também não se trata apenas dos reajustamentos organizativos que a experiência recolhida indica serem necessários.

O problema básico é o próprio estilo de direcção quer no que se refere ao funcionamento do Comité Central e dos seus órgãos internos, quer no que diz respeito à direcção que imprimem ao Partido e se reflete no trabalho de todos os organismos dirigentes intermédios. O nosso Partido, que tem uma ideologia e uma linha de vanguarda, não consegue ainda de forma satisfatória transformar essa linha em factos, em acção. As reais dificuldades objectivas são insuficientes para explicar esta situação.

As causas das deficiências do nosso trabalho de direcção estão nos erros políticos que temos vindo a analisar.

O menosprezo do perigo da direita, que provocou na direcção e no Partido manifestações de insensibilidade política e de apatia perante os acontecimentos e as situações mais agudas, traduziu-se também no trabalho prático de direcção por um apagamento do papel dirigente do Comité Central e do Comité Executivo. Como não podia deixar de ser, à falta de firmeza na linha política correspondeu falta de firmeza na sua aplicação.

Os efeitos diversos destas deficiências devem ser detectados e eliminados.

A falta de empenhamento dos órgãos de direcção em concretizar as decisões tomadas manifesta uma quebra de vigor revolucionário que

não é compatível nem com a linha revolucionária do Partido, nem com as exigências da situação política, nem com a prática de direcção leninista.

A presença directa e física dos órgãos dirigentes junto da base e dos organismos intermédios, auxiliando-os na compreensão das directivas traçadas e na sua aplicação, não se tem feito sentir enquanto direcção central, com graves prejuízos para o dinamismo político do Partido.

O Comité Central, o Comité Executivo e o Secretariado não se têm afirmado em todas as circunstâncias como direcção central e única do Partido, permitindo um certo relaxamento do centralismo, facto que não é alheio ao enfraquecimento da unidade de acção do Partido nos momentos políticos chave. Um aspecto particular disto é o papel apagado que tem cabido ao BV como órgão de direcção do Partido. Na orgânica partidária leninista o órgão central sempre desempenhou uma função decisiva como veículo de direcção política sem possibilidade de ser substituído pela direcção pessoal e directa, antes a completando pelo modo rápido e uniforme como atinge todo o Partido. O desconhecimento efectivo desta prática leninista tem contribuído grandemente para as fraquezas, os erros e os atrasos verificados no trabalho do CC e do CE. O CC considera que a elevação do papel de direcção política do BV é indispensável para melhorar o trabalho de direcção e, em particular, para lhe aumentar a operatividade.

Tem estado pouco vivo na direcção o impulso revolucionário que lhe confira um estilo verdadeiramente leninista e demarcado da conciliação social-democrata. Em consequência, têm ressurgido velhas tendências negativas e aparecido algumas novas como efeito do abrandamento da luta pela revolucionarização e proletarização ininterruptas dos órgãos dirigentes e de todo o Partido, definida no II Congresso. É preciso pôr fim em todos os escalões do Partido ao estilo individualista dos camaradas que, em vez de se tornarem uma peça no trabalho colectivo, preferem a afirmação pessoal perante os organismos. É preciso criticar as pretensões "teóricas" e as "inovações" dos que não tendo assimilado a linha do Partido a põem em causa com a sua instabilidade política em cada viragem da situação. Há que criticar os que, ao mais pequeno serviço prestado se julgam estrelas de primeira grandeza. Há que pôr fim à tolerância para com o estilo anarquista dos camaradas para quem a disciplina comunista é um colete de forças torturante e que procuram ajeitar o Partido ao gosto das suas comodidades e preferências. Tudo isto são tarefas da revolucionarização e proletarização no combate aos vícios e à mentalidade burguesa no Partido.

Estes males do trabalho de direcção central — que são efeito de certo acomodamento à situação política e de um afrouxamento da vigilância revolucionária — transmitiram-se a todo o Partido, o qual adquiriu um estilo de direcção pouco vigoroso, pouco operativo e marcado também pela indiferença e pela insensibilidade perante os problemas mais gritantes das massas. Este estado de coisas provoca incapacidade para responder concretamente aos problemas políticos e alimenta o sectarismo e o doutrinismo que servem de refúgio aos camaradas que não se sentem à vontade para enfrentar a complexidade do trabalho de massas e suficientemente mobilizados para a acção política.

O Comité Central considera como tarefa urgente proceder a uma rectificação do estilo do seu trabalho de direcção, de modo a adequá-lo às batalhas cada vez mais agudas e complexas que se aproximam. A pedra de toque de um trabalho de direcção comunista está em unir a palavra à acção. É ao passar das palavras à acção que se vê se os militantes são autênticos comunistas. Um estilo de direcção proletário revolucionário, autenticamente leninista, só pode ser assegurado através de uma luta e vigilância constantes, e é indispensável para edificar um partido que não se limite a assistir passivo e impotente ao desenrolar da luta de classes mas desempenhe nela um papel activo de vanguarda, um partido de acção de massas capaz de mobilizar todos os seus militantes para a luta e de transformar a sua linha em acções revolucionárias.

MAIOR FIRMEZA NO TRABALHO DE DIRECÇÃO

O Comité Central acentua que a utilização constante da crítica e da autocritica e o desenvolvimento da luta ideológica são armas indispensáveis para fazer assimilar e aplicar a política e as resoluções do Partido.

As tendências conciliadoras roubam clareza à acção dos organismos dirigentes e de todo o Partido, espalham a confusão, o amorfismo, a vacilação na aplicação das resoluções. Os "consensos" vagos com margem para várias interpretações, a falta de rigor na prestação de contas e no apuramento de responsabilidades, a tendência para continuamente pôr em dúvida as resoluções tomadas, a falta de persistência e firmeza na luta para fazer aplicar a linha do II Congresso, tudo isto são manifestações de tendências conciliadoras, contrárias a um estilo leninista de direcção.

O Comité Central considera indispensável combater a falta de firmeza no trabalho de

direcção, reforçando no seu seio a luta ideológica, a vigilância e a exigência de responsabilização rigorosa de todos os seus membros pela aplicação da linha e das resoluções do Partido.

COMBATER A INSENSIBILIDADE POLÍTICA

O Comité Central assinala que, entre os seus membros, no Comité Executivo e, por reflexo, em muitas direcções intermédias do Partido, se tem vindo a desenvolver uma perigosa insensibilidade política, uma tendência para a indiferença e o desligamento dos problemas reais e candentes do movimento operário e popular.

Os atrasos na resposta aos acontecimentos políticos, a falta de aplicação da táctica geral do Partido às situações reais, a ausência de debate profundo sobre problemas fundamentais da luta política e do movimento popular, o ressurgimento de vícios doutrinários, são tendências muito perigosas que colocam todo o Partido na expectativa diante dos acontecimentos, o desorientam na luta e podem levar à destruição de muitos frutos do trabalho revolucionário.

É indispensável que todos os membros da direcção se armem com a compreensão leninista do papel do Partido como vanguarda revolucionária, como Estado-maior da luta de classe do proletariado, cujo dever é dar orientação política permanente à classe operária e às massas populares.

A insensibilidade política é o resultado da resistência a assumir esta responsabilidade, da tendência para recuar perante as dificuldades e fugir para o mais fácil, remetendo as fileiras do Partido para as proclamações desligadas da acção.

O Comité Central considera indispensável que o trabalho de direcção e, em particular, o trabalho do Comité Executivo, seja mais ligado à realidade viva e ao desenvolvimento do movimento de massas, marcado pelo espírito de iniciativa que rompa novos horizontes à actividade partidária e que combata todas as tendências para o doutrinário e a apatia.

RENOVAR A LUTA PELA PROLETARIZAÇÃO DA DIRECÇÃO DO PARTIDO

O Comité Central acentua a importância vital que tem a aplicação consequente, no seu seio e em todos os organismos dirigentes intermédios do Partido, da política de proletarianização.

A revolucionarização do Partido não pode ser desligada da proletarianização da sua direcção. E

proletarianização não é apenas a maioria proletária nos órgãos de direcção. É, além disso e sobretudo, a luta para lhes imprimir a ideologia, a política, os métodos e o estilo do proletariado, mantendo vigilância acesa contra todas as vacilações pequeno-burguesas e desvios à linha do Partido.

Os quadros proletários devem ter um peso político sempre maior na direcção do Partido. Isso é indispensável para que nos organismos dirigentes se sinta permanentemente o pulsar da classe, das suas lutas, do seu estado de espírito, para que a direcção não perca o rumo e se desligue dos problemas e das batalhas fundamentais. Na selecção dos problemas a debater e a resolver, nos métodos de discussão e nas resoluções tomadas deve prevalecer em todas as ocasiões um critério de classe, voltado para as necessidades reais da luta revolucionária.

AUMENTAR O DINAMISMO E A OPERATIVIDADE DO TRABALHO DE DIRECÇÃO

O Comité Central verifica que a lentidão na tomada de decisões e na sua aplicação continua a ser um factor negativo do trabalho de direcção. Os reajustamentos organizativos indispensáveis são, no entanto, só por si, insuficientes.

É preciso combater todas as manifestações de espírito burocrático e rotineiro. Cada quadro dirigente deve tomar a responsabilidade de resolver o máximo de problemas sem deixar a sua resolução para os órgãos superiores.

A adopção de um estilo mais vivo, dinâmico e operativo de direcção está indissolivelmente vinculado ao acompanhamento directo da aplicação das resoluções, da descida aos organismos, da direcção pessoal das principais campanhas políticas, da tomada de conhecimento directo dos problemas e obstáculos que se deparam ao trabalho partidário. Há que combater a tendência para a diluição do papel dos organismos e quadros dirigentes na luta pela aplicação das resoluções. O Comité Central, o Comité Executivo e os quadros dirigentes precisam de fazer sentir mais o seu papel no apoio a todo o Partido e, sobretudo, nas frentes principais da luta de classes.



QUESTIONÁRIO PARA AJUDAR À DISCUSSÃO DA RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL NAS ASSEMBLEIAS DE CÉLULA

1. Que trabalho realizou e vai realizar a célula para alertar os trabalhadores sobre os perigos da formação de um governo PS/CDS e para os levar a tomar posição contra ele?
2. Qual o comportamento da célula e dos seus membros perante os ataques da reacção no sector em que actuam? Houve ou não tendências de capitulação para retirar o Partido da primeira linha da luta e remetê-lo para um papel de espectador? Manifestou-se ou não falta de confiança nas massas trabalhadoras e na possibilidade de defender as conquistas de Abril?
3. Na célula discute-se sempre os problemas dos trabalhadores e os últimos acontecimentos políticos ou as discussões são desligadas da realidade viva?
4. Que iniciativas e acções de massas tem a célula em vista? Que trabalho vai ser feito para fortalecer a unidade dos trabalhadores em torno dos 4 pontos de luta e para levantar a exigência de uma jornada de luta nacional contra o governo PS/CDS?
5. Há ou não na célula ideias erradas sobre a impossibilidade de nos dirigirmos às massas enquanto a influência revisionista não se desmoronar? Há ou não na prática da célula a ideia errada de que o nosso trabalho principal não é para levantar os trabalhadores em luta pelos seus interesses, mas sim para atacar com frases o revisionismo? Que iniciativas vão ser tomadas para atrair à acção unitária os trabalhadores enganados pelos chefes revisionistas, para os eselarecer e fazer entrar em choque com os seus chefes traidores?
6. Que trabalho a célula fez ou tem em vista fazer nas organizações de massas (sindicatos, comissões, sociedades, etc)? Que medidas vão ser tomadas para aumentar a nossa influência neste impotente sector de luta?
7. Todos os elementos da célula compreendem a importância que a UDP tem para aumentar a nossa influência de massas? Todos compreendem as resoluções do III Congresso da UDP sobre a nova forma de organização e o novo programa? Que iniciativas vão ser tomadas para reanimar a UDP transformando-a numa organização mais ampla e verdadeiramente de massas?
8. A célula tem-se preocupado em alargar a influência do Partido, dar a conhecer as suas posições e fazer sempre mais recrutamentos de trabalhadores dispostos a serem militantes comunistas? Ou há tendências sectárias para fechar o Partido para dentro? Que iniciativas vão ser tomadas?
9. Os órgãos dirigentes da região, Comité Regional e Comités de Zona, têm dado a direcção e o apoio devido ao trabalho da célula? Que críticas há a fazer a este trabalho? Que se sugere para o melhorar?